

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

*“Não será com discursos e maiorias que as grandes questões do momento serão decididas (...), mas com ferro e sangue”.*²⁹

Bismarck

Na segunda metade do século XIX, Otto von Bismarck, estadista prussiano, liderou um processo que culminou com a unificação da Alemanha em 1871.

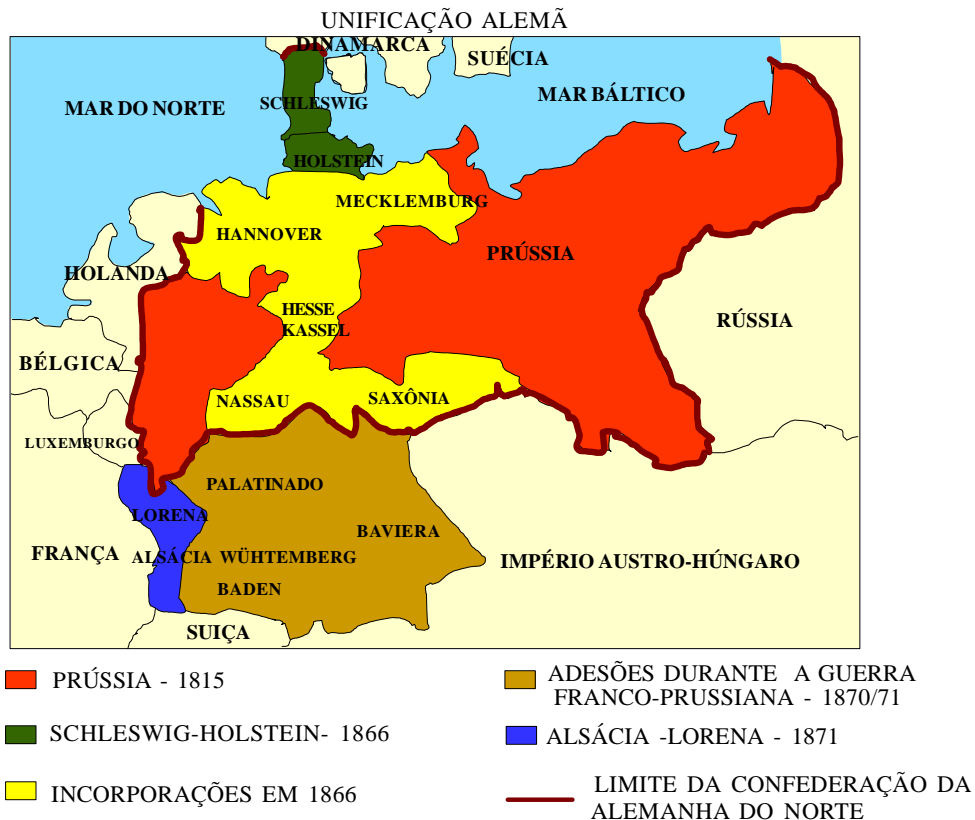
Décadas antes, nos anos de 1814-15, no Congresso de Viena, foram redefinidas as fronteiras europeias, muito alteradas durante as Guerras Napoleônicas. Os países que participaram deste evento decidiram-se pela criação da Confederação Germânica, a ser formada por trinta e nove Estados alemães, dos quais o Reino da Prússia, governado por reis da Casa dos Hohenzollern, e o Império Austríaco, dirigido por soberanos Habsburgos, eram os mais importantes. Os austríacos passaram a presidir a nova confederação, fato visto de mau grado pelos prussianos, colocados em uma posição secundária.

As lideranças prussianas não se conformavam em ficar em um segundo plano. Em 1818, passaram a liderar uma união aduaneira (“Zollverein”), que tinha como meta eliminar impostos alfandegários entre estados alemães. Os membros da união aduaneira firmaram diversos tratados comerciais, eliminaram impostos e criaram uma moeda única, medidas que estimularam a produção agrícola e industrial. Notadamente na Prússia, desenvolveram-se enormes complexos industriais (siderúrgicos, mecânicos e metalúrgicos), grandes centros urbanos, pujantes redes bancárias e extensa malha ferroviária. Em 1834, quase todos os estados alemães faziam parte da “Zollverein”. Entre as exceções estava a Áustria, propositadamente deixada de fora.

Os austríacos não conseguiam acompanhar o acelerado aumento do poderio econômico prussiano, o que podia ser percebido nitidamente no final dos anos de 1840. Além disso, o Império Austríaco não era coeso, pois padecia de graves problemas internos, motivados por movimentos liberais e nacionalistas, desencadeados por minorias de poloneses, eslovacos, húngaros, italianos, entre outros, que, de forma forçada, eram súditos dos Habsburgos.

Após obter a supremacia econômica sobre a Áustria, a Prússia passou a buscar a liderança política sobre os estados alemães. Em 1862, Guilherme I, rei da Prússia, nomeou Bismarck para ser seu primeiro-ministro (chanceler). Bismarck, político determinado e astucioso, intensificou um processo desejado por vários segmentos da sociedade alemã, que tinha por objetivo a união étnica e cultural do povo germânico em um só estado.

²⁹ apud: *História em revista: senhores coloniais*, 1997, p.49.



Bismarck estava convencido de que a unidade alemã só seria alcançada através de uma guerra contra a Áustria, já que esta se opunha à unificação, por considerar que só poderia continuar a controlar os estados alemães, se eles continuassem desunidos. Em virtude disso, o chanceler prussiano destinou o máximo de recursos possíveis para o aprimoramento do exército. O intenso crescimento das receitas, advindo do pujante desenvolvimento econômico prussiano, contribuía para esse propósito.

O Exército Prussiano era alvo de constantes reformas desde o final das Guerras Napoleônicas. Em 1856 passou a ser comandado por Albrecht von Roon (Ministro da Guerra) e pelo General Helmuth K.B. von Moltke (Chefe do Estado-Maior).

Enquanto tratava da articulação política da unificação alemã, Bismarck confiava, principalmente a Moltke, o encargo de respaldá-lo belicamente. Recebendo recursos do Chanceler prussiano, o Chefe do Estado-Maior acelerou as reformas, tornando o Exército Prussiano o melhor da Europa.

Ele deu ênfase aos trabalhos precípuos do Estado-Maior, que passou a ser composto por oficiais considerados os mais competentes. Estes tinham como missão preparar o Exército para guerras a serem travadas em consonância com os objetivos e a política de segurança nacionais. No planejamento operacional, detalhado e frequentemente atualizado, passaram a constar planos de operações, de mobilização, de transporte e de concentração de tropas.

A organização do Exército em tempo de paz passou a corresponder exatamente à prevista para o tempo de guerra, para se evitar improvisações. Ao serem convocados, os reservistas deveriam saber onde se apresentar. Normas foram criadas para regular como e onde seriam obtidos os meios necessários para as eventuais campanhas (requisição de equipamentos e suprimentos).

Moltke era adepto da ideia de que as unidades componentes dos corpos de exército deveriam marchar separadas, mas combater conjuntamente. Em consequência, o transporte e o controle das tropas passaram a ser previstos em planejamentos pormenorizados, que prescreviam a utilização, de maneira mais eficiente possível, do excelente sistema ferroviário e telegráfico existentes nos estados alemães.

Ele fazia questão de que fossem empregadas manobras flanqueantes, por considerar estas mais capazes de aniquilar o inimigo, além de resultarem em um número menor de baixas às forças atacantes. Também definiu que o comandante-em-chefe e o Estado-Maior deveriam planejar, dirigir e coordenar as ações estratégicas e as operacionais. Dava-se, assim, liberdade para os comandantes dos escalões subalternos, por iniciativa, mas seguindo as diretrizes gerais, desencadear ações táticas.

Na Prússia, o serviço militar era obrigatório. Os homens serviam três anos na ativa, quando eram instruídos para o combate, e permaneciam nove na reserva, sujeitos a convocações periódicas. Isto propiciava a mobilização rápida de grandes contingentes aptos para o combate (a amplitude dos efetivos levou à criação dos exércitos de campanha, constituídos por corpos de exércitos). Os oficiais, por sua vez, eram instruídos na Academia de Guerra de Berlim.

O principal armamento individual dos prussianos era o fuzil Dreyse, de carregamento retrocarga, com alcance útil de quatrocentos metros. A artilharia era dotada de canhões de aço Krupp, raiados e de retrocarga, com alcance de três mil metros. As tropas prussianas, normalmente, possuíam elevado moral, insufladas por forte ardor nacionalista. Para Moltke, cabia aos chefes elevar o moral de suas tropas, já que acreditava ser esse um componente essencial para se chegar à vitória.

REVOLUÇÕES NA EUROPA

Em 1830, crises econômicas, sociais e políticas deram início a um período de agitação na Europa. No ano de 1848, irrompeu na França um movimento revolucionário do qual faziam parte burgueses e trabalhadores. O rei Luís Filipe I acabou deposto e a república proclamada. Em 1851, Luís Napoleão (sobrinho de Napoleão I), que havia sido eleito presidente, deu um golpe, tornando-se imperador com o título de Napoleão III. Da França, o movimento, absorvendo forte influência nacionalista, espalhou-se para outras regiões, entre as quais o Império Austríaco, a Confederação Germânica e a Península Itálica. Fora da França, no entanto, os movimentos foram sufocados.

Em 1863, as divergências e desconfianças entre austríacos e prussianos chegaram a um ponto crítico. Nesse ano, porém, uma atitude do rei da Dinamarca, Cristiano IX, fez com que os dois rivais germânicos se aliassem em torno de um objetivo comum. Isso ocorreu porque o monarca dinamarquês declarou que anexaria ao seu reino os ducados de Holstein e Schleswig, de população majoritariamente alemã. Os príncipes germânicos desses ducados se rebelaram, reivindicando independência. Foi então que, prussianos e austríacos, em meio a um grande fervor nacionalista, declararam guerra à Dinamarca em apoio aos príncipes. A Guerra dos Ducados, como ficaria conhecida, foi facilmente vencida pelas tropas austro-prussianas no ano de 1864. Os vencedores estabeleceram que a Áustria administraria Holstein, e a Prússia, Schleswig.

Bismarck, no entanto, percebia que uma guerra contra a Áustria aproximava-se. Passou, então, a orquestrar alianças com o fito de isolar o possível inimigo. Conseguiu uma garantia de neutralidade por parte da França, caso os prussianos entrassem em guerra contra os austríacos, e, paralelamente, aliou-se ao Reino da Itália, que igualmente tinha a Áustria como um dos principais obstáculos para sua unificação.

Depois disso, o chanceler alemão começou a provocar os austríacos, tendo em vista levá-los à guerra. Acusou-os de má administração em Holstein e ordenou que tropas prussianas ocupassem este ducado. Insatisfeitos com o curso dos acontecimentos, os austríacos levaram o caso à Dieta Alemã (Assembleia Legislativa da Confederação Germânica), exigindo que os Estados alemães se mobilizassem contra a Prússia.

Diante dos fatos, em junho de 1866, a Prússia declarou guerra à Áustria e a seus aliados (a maioria dos estados alemães manteve-se ao lado dos austríacos, porém, de maneira geral, tinham pouco poder de combate). O Reino da Itália, conforme havia

A UNIFICAÇÃO ITALIANA

Assim como a Alemanha, em meados do século XIX, a Itália estava fragmentada em diversos estados. A partir da década de 1850, os italianos intensificaram seus esforços no sentido de unir a nação.

O processo foi liderado pelo Reino da Sardenha-Piemonte. Este, em 1859, com ajuda de tropas francesas, expulsou os austríacos da Lombardia. Logo depois, a Toscana e outros estados do norte uniram-se ao Reino da Sardenha-Piemonte. No sul, em 1860, o Reino das Duas Sicílias foi conquistado por Giuseppe Garibaldi, que o entregou ao rei sardo-piemontês Vítor Emanuel II. O monarca acabou, em 1861, proclamado rei da Itália.

Em 1866, os italianos aliaram-se aos prussianos na Guerra das Sete Semanas contra a Áustria, ao final da qual se apossaram de Veneza. Finalmente, em 1870, aproveitando-se da Guerra Franco-Prussiana, os italianos anexaram os Estados Papais, até então protegidos por tropas francesas, tornando Roma sua capital.

acordado com Bismarck, também declarou guerra à Áustria. Dessa forma, os austríacos viram-se envolvidos em duas frentes de combate.

A Guerra das Sete Semanas, como ficaria conhecido esse embate, iniciou-se em 15 de junho de 1866. Os italianos, embora derrotados, obrigaram o inimigo a destacar grandes contingentes para o sul dos Alpes, facilitando as ações dos prussianos, que penetraram na Áustria, onde venceram decisivamente o grosso do Exército Habsburgo, em 3 de julho de 1866, na Batalha de Königgrätz (Sadowa).

Aproximadamente meio milhão de combatentes participaram da batalha. Os prussianos, armados com fuzis retrocarga Dreyse, disparavam mais rapidamente do que seus inimigos, armados com fuzis antecarga, fato fundamental para o sucesso do Exército da Prússia.

A derrota em Königgrätz levou o Imperador austríaco a buscar a paz. Pelo Tratado de Praga, assinado em agosto de 1866, foi extinta a Confederação Germânica e criada a Confederação da Alemanha do Norte (abrangendo todos os estados alemães ao norte do rio Main), que ficaram sob a liderança da Prússia. Os austríacos foram, também, proibidos de imiscuir-se em assuntos alemães, além de se verem obrigados a ceder Veneza aos italianos. Os estados alemães ao sul do rio Main, devido a pressões diplomáticas do Imperador francês Napoleão III, contrário à unificação alemã, mantiveram-se independentes, formando a Confederação dos Estados Alemães do Sul. Na prática, representavam uma zona-tampão entre a França e a Prússia.

O aumento do poderio prussiano, no entanto, preocupou os franceses, que sempre desejaram uma Alemanha fragmentada e frágil. Bismarck, por sua vez, negava pretender travar uma guerra contra a França, mas considerava que um conflito entre franceses e prussianos, em face do fervor nacionalista existente, poderia levar os estados germânicos ainda recalcitrantes a se unirem à Confederação da Alemanha do Norte, o que significaria a unificação alemã.

As tensões franco-prussianas aumentavam de forma rápida. Um fato ocorrido na Espanha desencadeou a guerra, que já era iminente. Em 1868, os espanhóis, por meio de uma revolução, destituíram a rainha Isabel II. No ano seguinte, o trono foi ofertado a Leopoldo, um príncipe Hohenzollern, primo do rei da Prússia. Os franceses não podiam aceitar tal fato, pois acreditavam que soberanos Hohenzollern, governando dois países que lhes eram vizinhos, poderiam, no futuro, aliar-se contra a França, levando-a a uma guerra em duas frentes.

Durante uma reunião entre o embaixador francês e Guilherme I, a candidatura de Leopoldo foi retirada. Bismarck, que não participara do encontro, ficou sabendo dos fatos por meio de um telegrama. O chanceler resolveu intervir nos acontecimentos, editou a mensagem recebida no telegrama, de forma que parecesse insultuosa à França e mandou que fosse distribuída aos jornais e embaixadas da Europa. Imediatamente, em 15 de julho de 1870, Napoleão III ordenou a mobilização do Exército Francês e declarou guerra à Prússia. O Exército Francês, porém, não estava tão bem organizado quanto o prussiano.

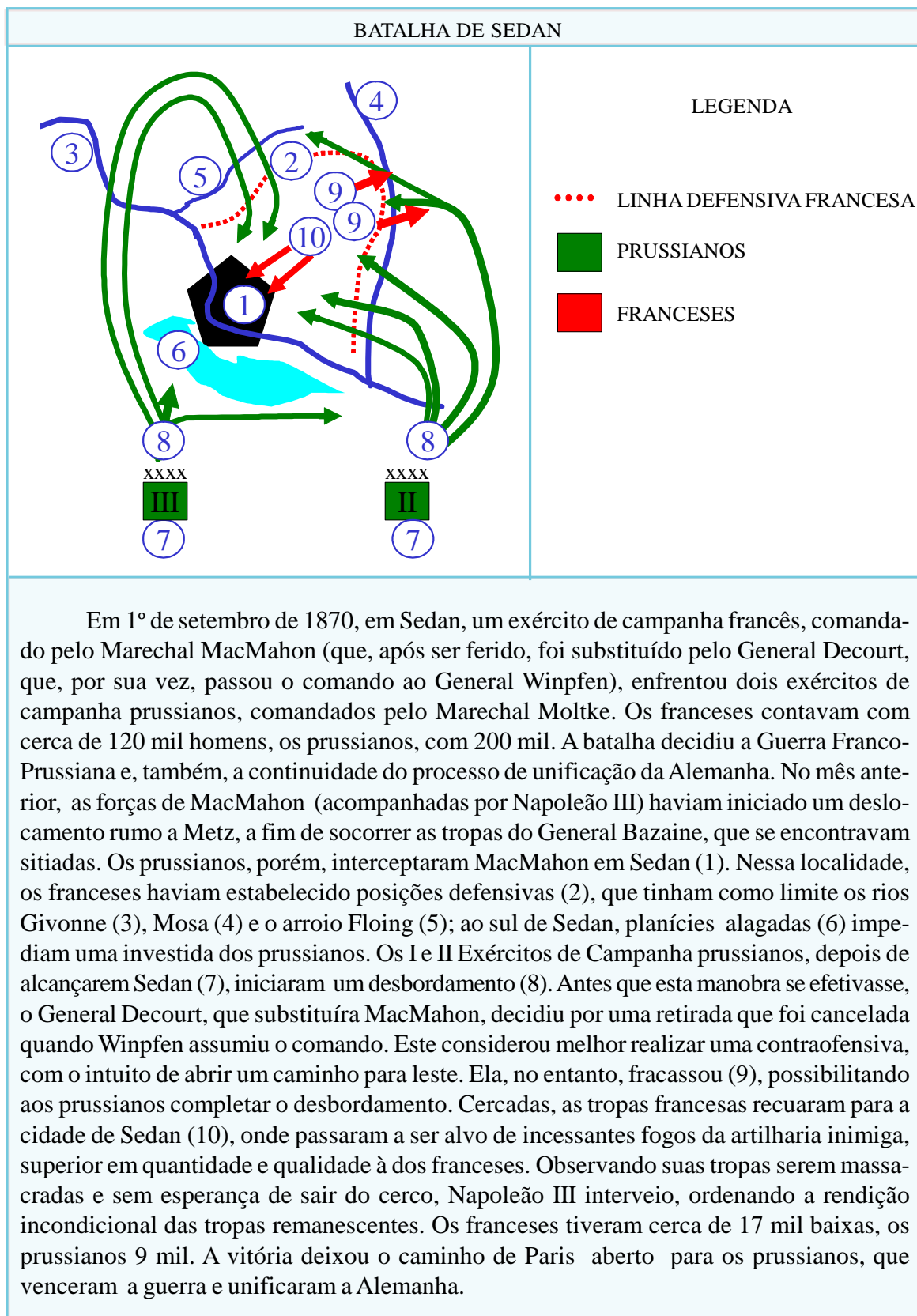
Aos franceses faltava, principalmente, um estado-maior com capacidade para regular, planejar e supervisionar as operações. Os comandantes, por exemplo, desconheciam o papel importante das ferrovias para o transporte, mobilização e concentração de tropas, o que podia resultar deslocamentos morosos e desordenados, em caso de guerra. Além disso, na França, o serviço militar não era obrigatório e a instrução dos oficiais e praças era deficiente. Para agravar, a organização militar francesa em tempo de paz tinha pouca relação com a que seria utilizada em tempo de guerra, dando margem a improvisações. Complicando ainda mais, a artilharia francesa, dotada de canhões de bronze, era inferior à prussiana.

Apesar das inúmeras desvantagens, os franceses tinham alguns trunfos. Possuíam um maior número de soldados profissionais, impregnados por ideias nacionalistas e de elevado moral, e dois armamentos que poderiam trazer a vitória: o fuzil Chassepot, superior ao Dreyse, e a primitiva metralhadora de Reffeye, cujo desenvolvimento foi mantido em segredo e, em consequência, poucos soldados sabiam manejá-la.

Na última semana de julho de 1870, cerca de quatrocentos mil soldados prussianos já estavam concentrados próximos à fronteira francesa, prontos para o combate. O planejamento prussiano, que previra o transporte de equipamentos, de suprimentos e de centenas de milhares de soldados por vias férreas, foi posto em prática sem grandes transtornos. Enquanto isso, de maneira desordenada, lenta e incompleta, os franceses concentravam aproximadamente duzentos e vinte mil homens na Alsácia, para fazer frente ao inimigo.

Os prussianos, liderados por Moltke, dividiram suas forças em três exércitos de campanha e optaram pelo plano de derrotar seus oponentes com a realização de uma ação ofensiva a partir da Alsácia, de modo a encurralar as tropas francesas em direção à Bélgica, isolando, dessa forma, Paris. Os franceses, com dois exércitos de campanha, comandados por Achille Bazaine e Marie E. MacMahon, tinham o objetivo de invadir a Alemanha e interpor-se entre a Confederação dos Estados do Norte e a do Sul, tendo em vista derrotar o inimigo por partes.

No início de agosto, os prussianos, prontos para o combate antes dos franceses, tomaram a iniciativa, marchando com grande rapidez e força sobre a França. A eficiência prussiana logo prevaleceu sobre as desorganizadas forças francesas, que foram rapidamente repelidas da Alsácia. O exército comandado por Bazaine, composto por cento e setenta mil homens, ficou cercado em Metz. O de MacMahon recuou até Chalons, de onde, com a presença de Napoleão III, deslocou-se para Sedan. Desta localidade, Napoleão III e MacMahon pretendiam deslocar suas tropas para Metz, a fim de socorrer Bazaine. Os prussianos, porém, em 31 de agosto, cercaram-nas antes de saírem de Sedan. Os franceses sitiados acabaram se rendendo, depois de sofrerem pesados fogos de artilharia e tentarem sem êxito romper o cerco a que estavam submetidos. Napoleão III, Macmahon e aproximadamente cem mil homens foram feitos prisioneiros.



APRIMORAMENTO NOS ARMAMENTOS

OS FUZIS DREYSE E CHASSEPOT

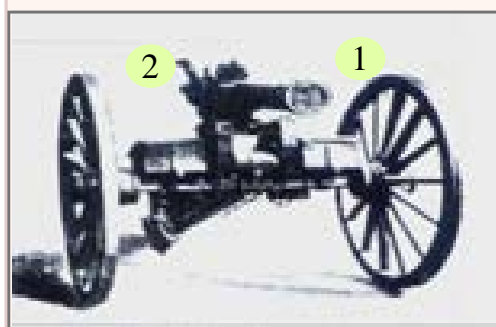


O fuzil Dreyse (1), conhecido como “fuzil agulha”, empregado pelo Exército Prussiano, era de retrocarga. Por meio de uma alavanca (2), puxava-se o ferrolho (3) para a retaguarda, o que abria a culatra (4). Era, então, introduzido um cartucho (5) de papel, que se consumia durante o disparo, em cujo interior se encontravam a carga de pólvora (6), a espoleta (7) e o projétil (8). Acionando-se o gatilho, era liberado um percussor (9) (na forma de uma agulha), que perfurava o cartucho de papel, atravessava a carga de pólvora e atingia a espoleta, que ficava apoiada na parte posterior do projétil, o que provocava a detonação, que expelia o projétil. As vantagens desse armamento eram sua cadência de tiro, superior à dos fuzis antecarga, e a possibilidade do atirador poder preparar o tiro estando deitado, não ficando, dessa forma, totalmente exposto aos fogos do inimigo. O Dreyse, porém, tinha sérias limitações: seu alcance útil (400 metros) era inferior ao de outras armas, devido à limitada quantidade de pólvora colocada no cartucho; resíduos da munição causavam frequentes falhas no disparo; o escape de gases, resultante do disparo, por vezes, feria o atirador; e o percussor frequentemente quebrava.



O fuzil Chassepot, utilizado pelos franceses, (10) foi um aprimoramento do Dreyse. A espoleta foi colocada na parte posterior do cartucho (11), o que fez diminuir o número de falhas no disparo. O Chassepot possibilitava colocar no cartucho (também de papel) uma carga de pólvora maior do que a do cartucho do fuzil Dreyse. Isso fazia o seu alcance ser superior ao do fuzil prussiano.

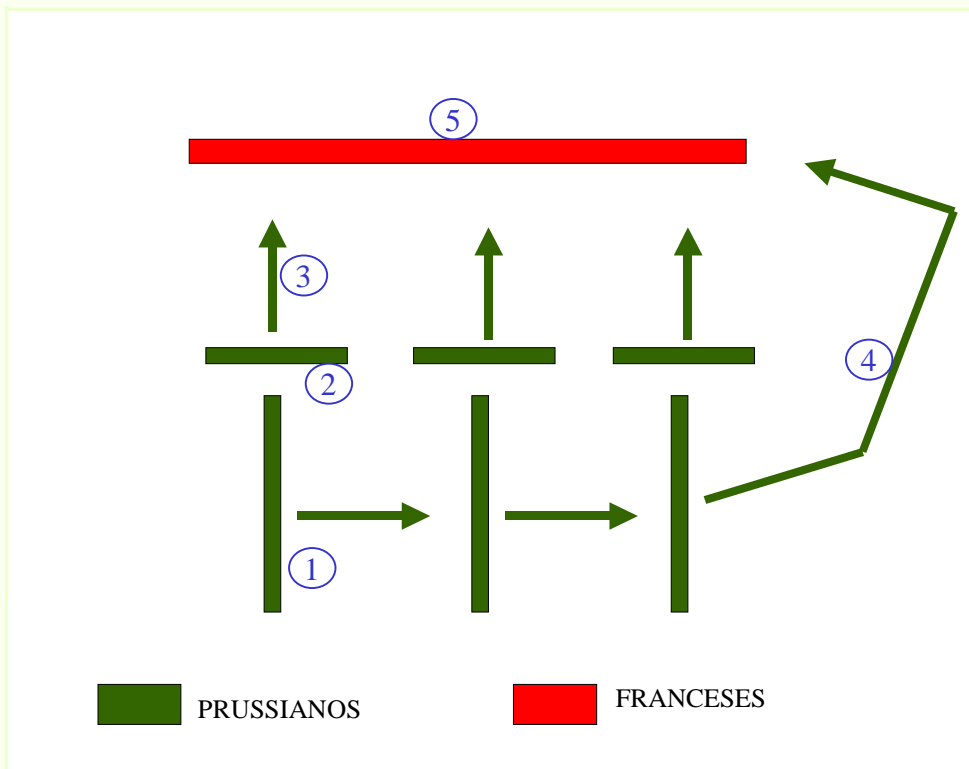
METRALHADORAS



Por ocasião da guerra contra os prussianos, os franceses dispunham de uma metralhadora capaz de realizar três rajadas de vinte e cinco tiros em um minuto. Os disparos eram efetuados por meio de uma série de canos (1), agindo-se em uma manivela (2). Seu alcance era de aproximadamente 1800 metros.

Na década de 1880, Hiram Maxim desenvolveu uma metralhadora automática, capaz de realizar ininterruptamente 500 tiros por minuto. Seu mecanismo de disparo era continuamente rearmado, após cada tiro, pela ação dos gases resultantes da deflagração do cartucho.

FORMA USUAL DE COMBATE DOS BELIGERANTES



Os prussianos adotaram uma tática eminentemente ofensiva. Inicialmente as posições defensivas inimigas eram maciçamente batidas por fogos de artilharia; em seguida, batalhões progrediam em direção ao inimigo divididos em companhias, que, por sua vez, avançavam em colunas (1). A uma determinada distância do inimigo, os pelotões que estavam à frente de suas companhias formavam linhas de atiradores e avançavam aceleradamente até a distância de 400 metros (alcance útil de um tiro de fuzil) (2); a partir dessa distância, os pelotões vanguardeiros avançavam (3) e procuravam proteger-se, fazendo uso de cobertas e abrigos e de seus fogos. As ações dos pelotões vanguardeiros visavam proteger o deslocamento do restante da companhia que, aproveitando-se do engajamento do inimigo, deveria desbordá-lo (4). Apesar das manobras, o número de baixas no avanço era elevado, pois as formações, demasiadamente densas, ficavam por longo tempo expostas ao fogo adversário.

Os franceses, confiando na superioridade de seu fuzil, adotaram uma postura defensiva. Atiradores, em boas posições e com bons campos de tiro, posicionavam-se em linha (5), procurando, com seu fogo, deter o avanço do inimigo.

As cavalarias foram pouco empregadas, pois os cavalarianos, em suas cargas, ficavam muito expostos aos fogos do inimigo.

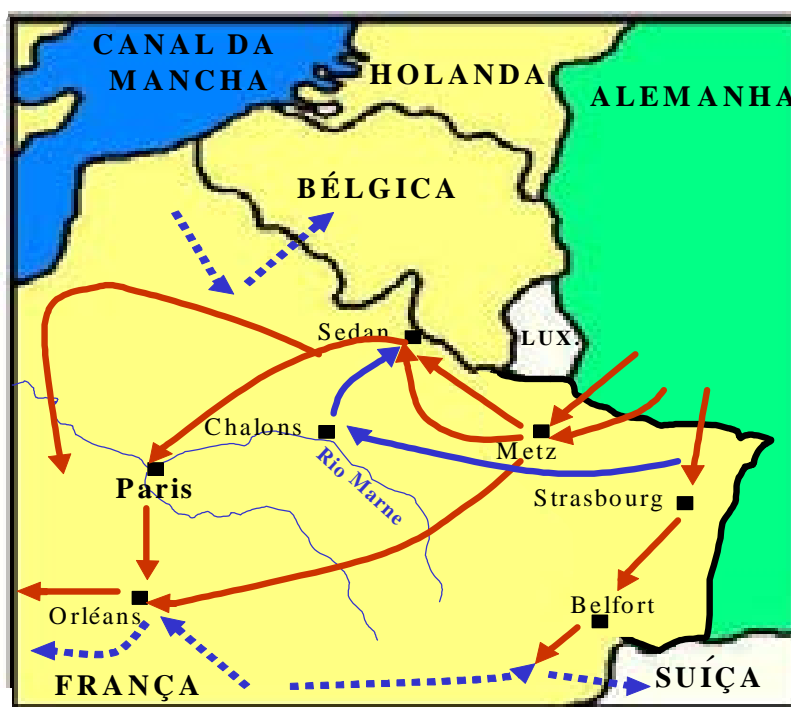
Apesar da fragorosa derrota em Sedan, os franceses não se deram por vencidos. Declararam o Imperador aprisionado deposto e proclamaram uma república. Um novo governo assumiu o poder em Paris em 4 de setembro de 1870.

Em 19 de setembro, os prussianos iniciaram o cerco a Paris. O principal líder do novo governo, Léon Gambetta, evadiu-se da capital francesa em um balão, dirigindo-se para Tours, onde organizou um novo exército, que chegaria a contar com trinta e seis divisões.

Uma contraofensiva francesa foi lançada, obteve alguns êxitos, mas pecou pela falta de um planejamento, vindo a se desarticular quando Bazaine se rendeu em Metz, no dia 27 de outubro de 1870. A capitulação oficial de Paris ocorreu em 28 de janeiro de 1871, quando o governo francês solicitou um armistício aos prussianos. Pouco depois, em 13 de fevereiro, uma Assembleia Nacional Francesa reuniu-se em Bordéus, nomeando Adolphe Thiers para a presidência da República.

Thiers, entretanto, teve de governar de Versalhes, pois a população de Paris recusou-se a aceitar a capitulação oficial e a reconhecer a nova república. Em março de 1871, os parisienses formaram, por contra própria, um governo revolucionário, de tendência socialista, denominado Comuna de Paris.

GUERRA FRANCO-PRUSSIANA



—→ MANOBRAS PRUSSIANAS

LEGENDA —→ MANOBRAS FRANCESAS - REPUBLICANAS

—→ MANOBRAS FRANCESAS - IMPERIAIS



Em 10 de maio de 1871, os prussianos e os republicanos franceses firmaram o Tratado de Frankfurt, que pôs fim à guerra. Neste documento, ficou estabelecido que a província francesa da Alsácia e parte da de Lorena (inclusive Metz) passariam para o domínio do Império Alemão. A França teria também de pagar uma indenização de guerra de cinco bilhões de francos e financiar os custos da ocupação das províncias do norte pelas tropas alemãs. Em troca, foram libertados cem mil prisioneiros de guerra franceses. Estes, juntamente com soldados prussianos, atacaram Paris, pondo fim à Comuna. Antes disso, em 18 de janeiro de 1871, ocorreu o maior triunfo de Bismarck, quando Guilherme I, em Versalhes, no antigo palácio dos reis da França, foi proclamado imperador da recém-unificada Alemanha (os estados alemães ao sul do rio Main haviam aceitado unir-se aos do norte).

A vitória prussiana demonstrou a necessidade de se preparar adequadamente a nação em tempo de paz, para possíveis conflitos armados. A organização superior do Exército Prussiano foi a razão principal de sua vitória.

A Alemanha unificada tornou-se a nação hegemônica no continente europeu, rompendo o equilíbrio de poder até então existente. A indenização francesa, a unidade política e os minérios da Alsácia e Lorena impulsionaram ainda mais o desenvolvimento da economia alemã, que passou a rivalizar-se com a inglesa. Enquanto isso, na França surgia um espírito revanchista que tinha como objetivos vingar a derrota e recuperar os territórios perdidos.

Paralelamente a seus conflitos, na segunda metade do século XIX, as principais nações europeias intensificaram um processo de partilha da Ásia e da África. No sul da África, uma revolta de fazendeiros contra a dominação inglesa resultaria na Guerra dos Bôeres.